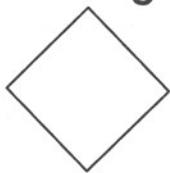


Se a língua é um factor de identificação cultural, como se compreende que a mesma língua identifique culturas diferentes?*



Maria Helena Mira Mateus**

1. O problema

Ainda que seja habitual afirmar-se que *a língua é um factor de identificação cultural*, é lícito questionar esta afirmação perante a constatação de que uma só língua identifica, frequentemente, culturas distintas. Assim sucede com o Inglês, o Espanhol, o Português ou as línguas faladas pelos Apaches e Navahos, no sudoeste dos Estados Unidos, idênticas às línguas do Atabasca, no norte do Canadá e no Alasca (Titiev, 1963:324).

Ao questionar esta afirmação, fui levada a rever diferentes perspectivas sobre as relações entre língua e cultura, começando por um dos filósofos que longamente discorreu sobre esta questão nas primeiras décadas do século XIX: Wilhelm von Humboldt. Para Humboldt, o que caracteriza o mérito de uma língua são as suas formas gramaticais, que permitem a representação do pensamento abstracto, e as características dessas formas gramaticais possibilitam o reconhecimento da «acção do pensamento». Assim, «uma língua nunca alcançará uma excelente constituição gramatical se não tiver o feliz privilégio de ser falada, pelo menos uma vez, por uma nação de inteligência viva ou de pensamento profundo» (p. 33).

* Texto da conferência proferida na Escola Superior de Educação de Leiria, em Abril de 2000.

** Professora catedrática da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Responsável pelo Mestrado em Linguística Aplicada, desenvolvido por colaboração entre a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e a Escola Superior de Educação de Leiria.

O nível superior de uma língua não está condicionado apenas pelo mérito da nação que a fala. Essa mesma língua contribui para o desenvolvimento do pensamento através da sua forma gramatical.

Existe, portanto, entre língua e pensamento caracterizador de uma nação (entenda-se também, cultura), uma dialética impulsionadora da elevação do pensamento abstracto, que tem como motor inicial a superioridade da comunidade nacional.

Humboldt é um verdadeiro epígono do Romantismo alemão, herdeiro de Herder e defensor de que o espírito de uma nação está contido na língua que fala. Estava-se então no tempo da consolidação da nação alemã concebida por Bismark e concretizada na pessoa do imperador Guilherme I, caracterizando-se as nações a partir das respectivas dimensões culturais, uma das quais, a língua, surgia como relevante e aglutinadora.

Foi já no século XX que linguistas e antropólogos norte-americanos, confrontados com a análise de línguas pouco ou nada conhecidas, nomeadamente as línguas ameríndias, defenderam uma perspectiva das relações língua-cultura e língua-pensamento que denominamos hoje «relativismo linguístico». De entre esses linguistas cabe pôr em relevo Benjamin Whorf e Edward Sapir. Vejamos em que se funda a concepção relativista das suas obras.

Whorf era por formação profissional um engenheiro químico e por interesse e paixão um antropólogo e um linguista. O contacto e a análise de línguas índias da América – que estudou orientado e apoiado por Edward Sapir – sobretudo da língua dos Hopi, foram a base da teoria que desenvolveu durante os anos 30 sobre as relações entre língua e pensamento, com extensão para a interdependência língua-cultura. Nessa altura, os intelectuais norte-americanos defendiam com veemência que os povos não industrializados tinham sistemas linguísticos, culturais e de pensamento tão complexos e válidos como os povos considerados mais avançados, perspectiva que se opunha ao determinismo biológico que amarrava os povos a uma hierarquia sócio-político-económica decorrente das respectivas características genéticas.

Em consequência de algumas análises de línguas ameríndias, Whorf registou diferenças estruturais entre essas línguas e as indo-europeias ocidentais, pondo em destaque, nomeadamente, o facto de a língua Hopi poder transmitir numa única expressão o *espaço* e o *tempo*, diferentemente das línguas em que as duas noções se verbalizam em expressões independentes. Ora recorde-se que data de 1905 o artigo de Einstein que revolucionou a física criando a teoria da relatividade a qual vem propor que o espaço e o tempo não sejam independentes entre si mas relativos, formando a conexão espaço-tempo.

Fascinado com o paralelismo entre a forma de expressão do tempo e do espaço na língua dos Hopi e uma das mais relevantes descobertas da teoria da relatividade, Whorf concluiu que a apreensão da realidade decorre das formas que a língua põe à nossa disposição. Um dos argumentos com que Whorf reforça a teoria do relativismo linguístico é a dificuldade em traduzir com exactidão uma frase, mesmo entre línguas próximas como as indo-europeias ocidentais, já que essa dificuldade (ou mesmo impossibilidade) provaria que as línguas reflectem uma diversa apreensão da realidade.

Assim, Whorf afirma que «cada língua é um vasto sistema diferente dos outros no qual são ordenadas culturalmente as formas e as categorias pelas quais as pessoas não só comunicam como também analisam a natureza e os tipos de relações e de fenómenos, ordenam o seu raciocínio e constroem a sua consciência» (p. 252). Em consequência, Whorf recusa a teoria de uma gramática universal, tal como recusa os princípios universais do pensamento.

A personalidade fascinante de Whorf e a novidade das suas teorias marcaram fortemente, durante muitos anos, a relação entre a linguística e as ciências exactas, a filosofia, a psico-sociologia, a antropologia e a religião. Numa obra clássica de antropologia cultural da década de 60 ainda se afirma que «não são os pensamentos que ditam a escolha das palavras (...) mas as palavras que um indivíduo normalmente utiliza podem dirigir os seus pensamentos» (Titiev, 1963:326).

O contacto de Whorf com Edward Sapir e a admiração que este brilhante linguista lhe dedicava fizeram com que as posições dos dois fossem agregadas no que se denomina a hipótese de Sapir-Whorf. Na realidade, porém, existem bastantes diferenças na perspectiva de ambos sobre a relação entre língua e cultura.

Na obra de Sapir surgida em 1921 a relação entre língua, raça e cultura não implica uma interdependência, e ele mesmo diz que «um grupo de línguas não tem qualquer correspondência necessária com um grupo racial ou uma área cultural» (p. 206-7). A seguir lembra as diferentes raças que falam inglês, línguas germânicas e malaio-polinésias, e continua: «O que se dá com a raça, dá-se com a cultura (...) Línguas sem qualquer parentesco partilham de uma só cultura; línguas intimamente cognatas – quando não uma língua única – pertencem a círculos de cultura distintos (p. 210-11).

Não obstante a clara afirmação da separação entre língua, raça e cultura, Sapir foi um linguista «mentalista» (por oposição ao mecanicismo reinante na época na linguística norte-americana) preocupado com a face oculta da língua, ancorada no subconsciente do homem. Também neste aspecto Sapir difere do relativismo linguístico whorfiano. A relação que estabelece entre língua e

pensamento funda-se no conceito de que existe um nível abstracto e «profundo» do sistema linguístico subjacente à superfície apreensível.

Se Sapir concluiu que este «sistema mais restrito» varia de língua para língua dado que a língua varia «sem que se lhe possa definir um limite», ou se, no contexto actual da linguística, ele poderia vir a aceitar a existência de princípios universais da gramática representados na mente dos falantes, e investigados hoje pela linguística no paradigma da cognição, é pergunta a que não podemos responder.

A perspectiva da linguística mentalista inflectiu, nos últimos quarenta anos, para o desenvolvimento da linguística no paradigma da cognição de par com o espectacular aprofundamento no conhecimento do cérebro humano. Neste percurso, a ciência da linguagem tem sido orientada, desde meados dos anos 50, pela teoria desenvolvida por Chomsky que recusou logo de início uma análise das línguas puramente descritiva e fundamentada na psicologia behaviorista. A linguística preocupa-se, desde então, com questões da origem e conhecimento da competência linguística, e tem como principal objectivo a procura dos princípios da gramática universal e dos parâmetros para os quais cada língua fixa um determinado valor. Neste contexto, todo o relevo foi atribuído à descoberta dos princípios da faculdade da linguagem que contribuem para a construção deste sistema cognitivo particular.

Estamos, portanto, afastados da análise da diversidade das línguas com o fim de demonstrar que todas elas, na sua complexidade, provam o nível idêntico de complexidade cultural atingido pelas comunidades que as falam, pese embora a sua diversa maneira de interpretar a realidade (Whorf). Assim, a partir dos anos 60, a linguística denominada generativa procura utilizar os factos das línguas particulares para identificar os princípios da gramática universal (Chomsky, 1966: 182).

Enformada por uma perspectiva que colheu em Descartes algumas ideias básicas, a teoria linguística que marcou os anos 60 e 70 radica na convicção de que o homem possui uma faculdade particular, o seu «aspecto criador» que é demonstração da especificidade racional do homem – a sua capacidade de pensar.

Tendo em conta que este objecto da investigação, é compreensível que as características particulares do comportamento de uma sociedade, habitualmente denominadas 'cultura', tenham sido afastadas dos interesses dos linguistas.

Estamos, portanto, longe de um relativismo psico-linguístico – ou seja, o homem é um produto da cultura envolvente, logo, as diferenças culturais espelham-se nas diferentes línguas que por sua vez denunciam formas diferentes

de estar no mundo – e mais longe ainda da perspectiva romântica que entendia a língua como um produto da cultura de um povo.

O espaço de discussão sobre as relações entre língua e identificação cultural tem sido progressivamente preenchido pelas preocupações dos sociolinguistas no que respeita às questões da variação linguística. A grande importância atribuída à variação das línguas, em interacção com a variação das sociedades, abriu campo para o estudo dos factores dessa variação, internos e externos, históricos e resultantes do contacto entre línguas, e para o desenvolvimento das perspectivas teóricas nesta área. Bilinguismo e multilinguismo, alternância de códigos, línguas mistas e línguas crioulas, enfim, a variação das línguas supõe, evidentemente, as capacidades cognitivas do homem. Porém, não resulta apenas dessas capacidades mas da interacção dos factores estritamente linguísticos e dos factores sociológicos.

O tema desta conferência: «Se a língua é um factor de identificação cultural, como se compreende que a mesma língua identifique culturas diferentes?» é transversal às questões até agora abordadas. E se o Português é um bom exemplo de uma língua falada como materna por comunidades de diferentes culturas, uma análise de alguns factores que levaram ao afastamento das variedades portuguesa e brasileira pode ajudar-nos a compreender a aparente contradição contida nesse tema.

2. Português europeu, português brasileiro

2.1. Encontro de línguas

O início da colonização do Brasil pôs em contacto o Português Europeu do século XVI com a língua falada pelos habitantes da terra recém-descoberta. Na altura, os índios eram em número muito superior aos portugueses que, durante largos anos, se viram obrigados a aprender a nova língua. Em 1561, escrevia do Brasil o Padre Manuel da Nóbrega que, «para lá», a língua da terra era a «mais principal ciência». A missão dos jesuitas reforçou a necessidade de aprendizagem da língua dos índios falada ao longo do litoral – uma das chamadas 'línguas gerais' – utilizada pelos catequizados simultaneamente com o Português.

Poucos anos passados sobre a descoberta do Brasil, iniciou-se o tráfico de escravos negros para a América. Provindos de várias regiões e de várias etnias, é provável que já falassem um crioulo que lhes permitisse comunicar entre si.

Aliás, a existência de um estado de crioulação do português no Brasil tem sido motivo de polémica, ainda que não esteja atestado documentalmente.

Pesquisas recentes em regiões do estado da Bahia reforçaram os argumentos dos defensores de uma possível origem crioula do Português Brasileiro. A discussão do problema mantém-se em aberto.

Na hipótese de ter existido um crioulo permitindo a comunicação entre africanos de várias origens, e entre estes e os portugueses, podemos interrogar-nos porque não se fixou esse crioulo como língua materna das gerações seguintes. As circunstâncias históricas da colonização brasileira tal não permitiram. Vejamos: nos primeiros tempos da colonização os índios sobrelevavam em número qualquer outra população, razão porque a missionação e muita comunicação quotidiana se fazia na «língua geral» de origem ameríndia. Desde cedo, porém, e até ao século XIX, os barcos de traficantes de escravos não cessaram de deixar na costa brasileira incontáveis grupos de negros cujo número veio a ultrapassar rapidamente o dos primitivos habitantes da terra.

Por outro lado, no início do século XVII, a emigração de Portugal para o Brasil começou a intensificar-se, primeiro pelo encaminhamento para as terras americanas de milhares de casais açorianos, depois pela atracção que a riqueza da colónia exercia sobre todas as classes sociais (sobretudo durante o século XVIII) e, finalmente, com a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, no século XIX. Todas estas circunstâncias forçaram a utilização do Português e a sua extensão progressiva aos falantes das línguas gerais, mantendo-se apenas as línguas que hoje perduram como maternas em comunidades índias.

Do contacto do Português com as línguas dos nativos e com os crioulos africanos resultaram, naturalmente, influências várias na língua dos colonizadores. Note-se também o contacto do Português com os largos grupos de emigrantes, europeus e asiáticos, que se fixaram no centro e sul do Brasil e que mantêm, em muitas circunstâncias, a sua própria língua no interior das respectivas comunidades. Estamos, portanto, diante de um interessante quadro multi-linguístico, paralelo ao que podemos encontrar noutras áreas da América, e que confirma a importância do contacto entre línguas para a compreensão das vertentes variacionais.

2.2. Uma só língua, diferentes culturas

Se a influência no *Português Brasileiro* de factores exteriores pode reconstituir-se com fundamento documental e conhecimento histórico, a influência dos mesmos factores no desenvolvimento do *Português Europeu* desde a sua origem torna-se mais problemática para a explicação da variação, no

tempo e no espaço, dentro das fronteiras políticas de Portugal. É certo que o contacto com os povos recém-descobertos, com as invasões do território por estrangeiros, e com as relações com outras nações europeias influíram na variação do Português Europeu. Contudo, o facto de as fronteiras políticas de Portugal serem as mais antigas da Europa contrariou uma variação mais profunda provocada por factores exteriores, deixando lugar, sobretudo, à acção de factores internos à própria língua.

Em face das diferentes circunstâncias que marcaram a variação do Português Europeu e do Português Brasileiro, discutirei em seguida a relação entre estas duas variedades com base nas mais importantes características que são normalmente consideradas, tanto no que as une, como no que as distingue.

De entre as línguas românicas que, no decorrer dos séculos, foram afirmando a sua independência, o Espanhol é aquela que mais próxima está do Português. Notáveis diferenças, no entanto, separam o Português e o Espanhol, com relevo para os seguintes aspectos:

- a) Supressão do /l/ e do /n/ latinos intervocálicos em Português, com a consequência da criação de uma multiplicidade de ditongos orais e nasais, *versus* a manutenção dessas consoantes em Espanhol (p.ex. *sól/solo, mau/malo, areia/arena, mão/mano*);
- b) Manutenção das vogais breves latinas em Português, sem a ditongação que sofreram em Espanhol (*sete, medo, porta, sorte*, diferindo de *siete, miedo, puerta, suerte*).
- c) Construção dos tempos compostos, em que o auxiliar *haber* foi há muito substituído por *ter*, em contraste com o Espanhol e o Francês (confronte-se *tens falado* com *has hablado* ou *tu as parlé*).
- d) Existência de dois tempos verbais – o *infinitivo flexionado* e o *futuro do conjuntivo* – que não têm paralelo nas restantes línguas românicas. Relativamente ao infinitivo flexionado, uma frase como «É preciso comeres a laranja» (que alterna com «É preciso que comas a laranja») tem uma forma flexionada do infinitivo do verbo, em concordância com o sujeito, que não ocorre em nenhuma das outras línguas românicas (por ex. «Il faut que tu manges l'orange» difere de «Il faut manger l'orange»). Também existe no português uma oposição de significado entre o futuro do conjuntivo e, por ex., o presente do indicativo (veja-se: «Enquanto puderes, come a laranja» e «Enquanto podes, come a laranja»), ao passo que nas restantes línguas românicas tal oposição não se estabelece a partir dos tempos verbais por inexistência do futuro do conjuntivo.
- f) Oposição de formas do *pretérito perfeito simples* e *composto* com diferentes valores aspectuais e temporais, peculiaridade que distingue o

Português das línguas românicas em que o perfeito simples tem um uso muito restrito. A utilização, em Português, do pretérito perfeito simples quando se remete para um processo localizado e concluído no passado («O avião chegou atrasado») permite usar o perfeito composto com diversos valores, como a iteração («O avião tem chegado atrasado todos os dias») e a continuidade que, do passado, vem até ao presente («O avião tem estado parado»). O facto de línguas como o francês e o espanhol substituírem quase sistematicamente o perfeito simples pelo composto («L'avion est arrivé en retard») retira a este último tempo verbal a possibilidade de ser usado com os diferentes valores acima mencionados.

Muitos aspectos que separam o Português do Espanhol ficaram de fora nesta enumeração sumária. Acima de tudo, o léxico, que constitui um dos aspectos mais reveladores da histórica vivência de dois povos distintos embora geograficamente confinantes.

Vejamos agora o que, no interior de uma só língua, a portuguesa, distingue a variedade brasileira (PB) da europeia (PE).

No *nível fonético* encontramos:

- a) Vogais átonas pouco reduzidas no PB (p[a]rtir, l[e]var, m[o]rar, lev[i], mor[i])
Vogais átonas muito reduzidas no PE (p[ɐ]rtir, l[ə]var, m[u]rar, lev[ə], mor[ə])
- b) Palatalização, no PB, de /t/ e /d/ antes de /i/ tónico e átono ([tʃi]o, [dʒi]rector) e de /e/ postónico (ba[tʃi], pe[dʒi])
Não palatalização, no PE, de /t/ e /d/ antes de /i/ e /e/ ([t]io, [d]irector, ba[tə], pe[də]).
- c) Semivocalização, no PB, do /l/ final de sílaba e de palavra (sa[w]tar, anima[w])
Velarização, no PE, do /l/ final de sílaba e de palavra (sa[ɫ]tar, anima[ɫ]).
- d) No PB, supressão do /r/ final (senh[ó], faz[é]), velarização (ama[ɾ]) ou aspiração, (amá[h])
No PE, manutenção do /r/ simples em posição final (senho[r], faze[r], ama[r])
- e) Não palatalização, no PB, das sibilantes finais de sílaba e de palavra (me[z]mo, menino[s])
Palatalização, no PE, das sibilantes finais de sílaba e de palavra (me[ʒ]mo menino[ʃ])

- f) Introdução, no PB, de um [i] epentético entre duas consoantes que não formam grupo no português (cap[i]tura, ab[i]surdo, p[i]neu)
 Manutenção, no PE, das duas consoantes seguidas (captura, absurdo, mesmo)

Nos níveis *morfológico* e *sintáctico*, uma primeira abordagem permite-nos verificar algumas diferenças nas duas variedades:

- a) Utilização e colocação das formas casuais dos pronomes pessoais (sujeito, objecto directo e objecto indirecto):

PB	PE
eu vi <i>ele</i> na rua	eu vi- <i>o</i> na rua
quero-lhe conhecer	quero conhecê- <i>lo</i>
já <i>ti</i> disse que você não vai	já <i>lhe</i> disse que você não vai
<i>me</i> diga uma coisa	diga- <i>me</i> uma coisa
a menina <i>se</i> levantou	a menina levantou- <i>se</i>
não tinha ainda <i>se</i> afastado	não <i>se</i> tinha ainda afastado
ele pode <i>se</i> aborrecer	ele pode aborrecer- <i>se</i>

- b) Utilização de preposições:

foi <i>na</i> cidade	foi <i>à</i> cidade
----------------------	---------------------

- c) Emprego dos verbos 'ter' e 'haver':

<i>tem</i> fogo naquela casa	<i>há</i> fogo naquela casa
------------------------------	-----------------------------

- d) nas interrogativas com pronome

Ordem Sujeito / Verbo	Ordem Verbo / Sujeito
Onde <i>você</i> vai?	Onde <i>vai</i> você?

No nível *pragmático* existem igualmente sensíveis diferenças, bastando, para tal, considerar as diversas formas de tratamento utilizadas no Brasil e em Portugal.

Finalmente, o *léxico* brasileiro é um repositório de memórias da convivência entre diferentes povos, e contém, como seria de esperar, inúmeros vocábulos de origem ameríndia (p.ex. *guri* 'rapaz'; *capim* 'erva'; *pipoca* 'grão de milho rebentado ao fogo'; *mingau* 'papa') e africana (p.ex. *caçula* 'filho mais novo'; *moleque* 'miúdo'; *senzala* 'habitação de escravos').

As diferenças que acima sumariei num apanhado superficial são detectáveis por falantes portugueses, brasileiros e estrangeiros. Mais: o Português do Brasil é indubitavelmente mais fácil de compreender, a nível oral, por falantes de

outras línguas devido sobretudo à audibilidade das vogais. Ocorre então perguntar: perante as diferenças indicadas, perante uma diversa atitude exterior em face das duas variedades, estaremos nós diante de duas línguas ou deveremos manter a mesma designação para as duas formas de falar?

De um ponto de vista estritamente linguístico, não há como provar que as diferenças inventariadas entre duas formas de falar próximas obrigam a que essas formas de falar passem a ser consideradas como duas línguas distintas. As únicas línguas a que, nos tempos recentes, foi reconhecido o estatuto de línguas independentes não são já, como se chamou às línguas românicas, «companheiras do império» mas «camaradas da revolução», e não nasceram da cisão no corpo disperso de uma comunidade linguística mas já existiam há várias gerações, em paralela afirmação de diferença. Estou a referir-me aos *crioulos* cuja emergência como línguas, ainda que ancorada em bases linguísticas, ocorreu num contexto histórico acentuadamente político.

Assim, sem possibilidade de inequívoca demonstração linguística para a separação, em línguas distintas, das variedades de uma língua «pelo mundo em pedaços repartida», a manutenção dessas variedades no enquadramento do que se denomina uma língua é, em última análise, *uma opção política*. Ou seja, o termo «Português», que cobre as variedades sociolectais, dialectais e nacionais que convivem em Portugal e no Brasil, deve ser entendido como importante instrumento de coesão entre povos e como afirmação política e económica num contexto envolvente transnacional.

O mundo actual não é só caracterizado pela intercomunicação no campo dos meios de transmissão da informação. Essa intercomunicação insere-se num ambiente geral de trocas nos domínios e subdomínios da economia, pela migração de profissionais que se deslocam no interior de grandes espaços plurinacionais e, consequentemente, plurilingues. A presença nestes ambientes de grupos de interesses unidos por falarem «a mesma língua» potencia a tomada de posição desses grupos, sobretudo quando se trata de comunidades de menor força no campo económico.

Estarei, portanto, a sugerir que a língua é tão só um factor de importância político-económica? Não será ela também o tal factor de identificação cultural de que no início se falou? Como conjugar esta última definição com o facto óbvio de a mesma língua ser falada, como língua materna, por povos com diferentes referências culturais?

Até este momento esteve implícita a diversidade de culturas entre Portugal e o Brasil. O que foi dito sobre a influência das línguas que estiveram em contacto com o Português na constituição da variedade brasileira tem como corolário a interpenetração das referências culturais dos povos que as falavam na

constituição do povo brasileiro. Igual caminho de interinfluências culturais percorreram os portugueses. Religião, música, artes plásticas e literárias, relações sociais e parentais, etnicidade, referências de género e de juventude desvendam formas específicas de estar no mundo que, tal como a língua, variam no tempo e no espaço, mas distinguem de modo evidente e global as sociedades dos dois lados do Atlântico.

Estamos portanto diante de duas formas do comportamento – a linguística e a que genericamente denominamos cultural – que resultam da interacção das capacidades cognitivas e emocionais do homem e das orientações comportamentais que lhe são transmitidas pelo contexto social. A actividade linguística tem uma só natureza – realiza-se pela fala – e tem um nome: ‘língua portuguesa’, ‘língua francesa’, ‘língua japonesa’, ou outra. Mas esse nome cobre uma abstracção se não o concretizarmos na produção linguística de cada indivíduo. E é porque cobre uma abstracção que a língua pode servir uma opção política e sócio-económica.

De igual modo, o termo ‘cultura’ cobre uma abstracção, mas a sua concretização distribui-se por diversas formas de comportamento cujas fronteiras são menos definidas. Daí que o seu poder simbólico tenha menor impacto num contexto plurinacional.

Se a concretização da *língua* se faz através da produção linguística individual, utilizada de acordo com o dialecto, o sociolecto e o próprio registo do indivíduo, também a *identificação cultural* é a realização, para cada pessoa, de uma determinada cultura abstractamente considerada. Assim, essa realização está intimamente ligada aos hábitos, crenças, actividades artísticas, relações parentais e sociais do meio restrito em que o indivíduo está inserido. Não pode, portanto, entender-se que a identificação cultural tenha, como referentes, as formas variantes que assumem essas vertentes culturais em todo o espaço onde se falam as diferentes variedades de uma mesma língua.

Em resumo, a actividade linguística de cada indivíduo contribui poderosamente para se reconhecer a si próprio e para ser reconhecido pelo outro. É na realidade *um factor de identificação cultural*, mas no uso, e pelo uso, que dela faz o indivíduo e não apenas por pertencer a uma das várias comunidades que a utilizam como materna.

Para terminar, passemos um pouco em torno da frase de Fernando Pessoa mil vezes repetida e glosada: «A minha pátria é a língua portuguesa». Será que esse homem, que falava uma língua dispersa por vários continentes, preferia tal dispersão à envolvimento material de físicas fronteiras limitadoras? Ou será que, dividido o poeta entre várias pátrias que podia chamar suas mas a que se não sentia visceralmente ligado, só na língua que falava encontrava a sua

identificação? Talvez por isso pôde explodir, dentro de si mesmo, numa constelação de personagens libertas da obrigação de viver. Porque a linguagem humana lhe ofereceu a possibilidade de não pertencer a nenhuma pátria.

Bibliografia

- ANDRADE, Ernesto d' e Alain Kihm (orgs.) – *Actas do Colóquio sobre "Crioulos de Base Lexical Portuguesa"*. Lisboa: Edições Colibri.
- BAXTER, Alan (1992) – A contribuição das comunidades afro-brasileiras isoladas para o debate sobre a crioulação prévia: um exemplo do estado da Bahia. In Andrade e Kihm, 1992:7-35.
- CHOMSKY, Noam (1968) – *Language and mind*. New York: Harcourt, Brace and Jovanovich. A edição utilizada foi a tradução francesa de Louis-Jean Calvet, *Le langage et la pensée*. Paris: Payot, 1969.
- CHOMSKY, Noam (1966) – *Cartesian linguistics: a chapter in the history of rationalist thought*. New York: Harper and Row. A edição utilizada foi a tradução francesa de N. Delanoë e D. Sperber, *La linguistique cartésienne: un chapitre de l'histoire de la pensée rationaliste*. Paris: Éditions du Seuil, 1969.
- CHOMSKY, Noam (1986) – *Knowledge of language. Its nature, origin and use*. New York: Praeger Publishers. A edição utilizada foi a tradução portuguesa de Anabela Gonçalves e Ana Teresa Alves, *O conhecimento da língua: sua natureza, origem e uso*. Lisboa: Editorial Caminho, 1994.
- DUARTE, Inês (1998) – Chomsky e Descartes: o uso estratégico de um argumento cartesiano e a fundação das Ciências da Cognição. In Ribeiro dos Santos, Alves e Cardoso (orgs.) – *Descartes, Leibniz e a Modernidade*. Lisboa: Colibri, pp. 547-561.
- FARIA, Luisa Leal de (1999) – Estudos culturais contemporâneos: construção, desconstrução e uma síntese possível. Lisboa: Universidade Aberta (não publicado).
- GUMPERZ, John J. (1971) – *Language in social groups*. Stanford: Stanford University Press.
- HOLM, John (1992) – Popular Brazilian Portuguese: a semi-creole. In Andrade e Kihm, 1992:38-66.

- HUMBOLDT, Wilhelm von (1822-23) – *De l'origine des formes grammaticales*. A edição utilizada foi a tradução espanhola de C. Artal, *Sobre el origen de las formas gramaticales*, Barcelona: editorial Anagram, 1972).
- LEAL, Ernesto de Castro (1999) – *Nação e nacionalismos: a cruzada nacional de D. Nuno Álvares Pereira e as origens do Estado Novo (1918-1938)*. Lisboa: Edições Cosmos.
- NETO, Serafim da Silva (1950) – *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro. A edição utilizada foi a 3ª, de 1976.
- PINKER, Steven (1995) – *The language instinct: how the mind creates language*. New York: Harper Perennial.
- SAPIR, Edward (1921) – *Language*. A obra utilizada foi a tradução portuguesa de Joaquim Mattoso Câmara, *A linguagem: introdução ao estudo da fala*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1954.
- TITIEV, Mischa (1968) – *Introdução à antropologia cultural*. Tradução de João Pereira Neto, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1969.
- WHORF, Benjamin Lee (1956) – *Language, thought, and reality*. Cambridge, Mass.: MIT Press. A edição utilizada foi a 30ª, de 1978.